

ANEXO DE RISCOS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2011
(Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

INTRODUÇÃO

Uma gestão fiscal responsável pressupõe ações planejadas e transparência na execução, prevenindo riscos e corrigindo desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Desta forma, em cumprimento ao estabelecido no art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, elabora-se o Anexo de Riscos Fiscais, contendo a avaliação dos passivos contingentes e outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas, os quais deverão ser observados no processo de elaboração da proposta orçamentária. Além disso, são apresentadas as informações acerca das providências a serem adotadas, caso se concretizem os riscos mencionados neste anexo.

Assim, são levadas a efeito possibilidades de dispêndios compulsórios ao Governo, originários de situações decorrentes de ações específicas, estabelecidas por lei, decisões ou acordos, que, uma vez devidos, o Estado prontamente deve atender.

Basicamente, são apresentadas duas situações de riscos: os riscos orçamentários e os de dívida, sejam eles decorrentes de empréstimos ou financiamento, de frustração na arrecadação de receita ou de passivos contingentes.

RISCOS ORÇAMENTÁRIOS

Diz respeito à possibilidade de as estimativas de arrecadação de receitas e de realização de despesas na Lei Orçamentária Anual não se confirmarem durante o exercício financeiro, conforme planejado na elaboração da Lei Orçamentária.

O reflexo desse desvio de resultado ocorre, no caso da receita, em função de alguns fatores econômicos influenciarem, negativamente, o comportamento da arrecadação da receita, podendo, dessa forma, comprometer a realização das despesas autorizadas na Lei Orçamentária, sobretudo aquelas classificadas como de caráter obrigatório (constitucional ou legal). No caso da despesa, o risco pode ser decorrer de variações nos valores pré-estabelecidos, em função de modificações urgentes e imprescindíveis ou que tenham sua execução imposta, sem a devida contrapartida prévia.

De toda sorte, essas mudanças de comportamento suscitam a necessidade de se efetuarem reprogramações orçamentárias, assim como promover a limitações de empenho e movimentação financeira diferente das já planejadas.

RISCOS DECORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA

Esses riscos referem-se a possíveis ocorrências externas à administração, que, quando efetivadas, resultam em aumento do serviço da dívida pública do ano em referência, comprometendo, sobremaneira, as demais programações orçamentárias.

O risco relacionado à gestão da dívida contratual decorre do impacto de eventuais variações de taxas de juros, de câmbio e de inflação sobre os títulos vincendos, bem como das mudanças de necessidades não previstas, as quais terão reflexo na programação orçamentária e

financeira, com o aumento da demanda de recursos necessários ao custeio das novas obrigações, em determinado período orçamentário, gerando efeito sobre os títulos cujo prazo de vencimento se estende além do exercício fiscal planejado.

Nesse sentido, é tempestivo apresentar a seguir o comportamento da situação de endividamento do Distrito Federal, considerando os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal de nºs 40 e 43 de 2001, cujo limite máximo do nível de endividamento para o Distrito Federal é de 200% RCL.

SITUAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Em relação aos níveis de endividamento, o Distrito Federal auferiu uma situação orçamentária e financeira bastante confortável, segundo as limitações estabelecidas nas Resoluções do Senado Federal e o comportamento das receitas e despesas primárias. Parâmetros estes que permitem comprometer o nível em até duas vezes o valor da Receita Corrente Líquida do Estado, cujo valor estimado para o exercício de 2011 alcança R\$ 13.143.498.994,40. Significa dizer que o Distrito Federal poderá assumir um estoque da dívida de até R\$ 26.286.997.988,00.

Convém esclarecer que o estoque da dívida é a soma dos comprometimentos trazidos a preços do exercício em referência. Não significa, portanto, que o Estado tenha que honrar compromissos dessa magnitude num só período orçamentário e sim, amortizá-la na medida pactuada.

Para ilustrar esse entendimento, apresenta-se, a seguir, o comportamento dos fluxos de receita e despesa, verificado no Balanço Orçamentário do Distrito Federal, relacionando a execução fiscal nos três exercícios pretéritos e demonstrando, ainda, um resultado, a princípio, negativo ao tempo em que é coberto com recursos oriundos de superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior, resultando, com isso, um montante real de R\$ 541.370.480,00. Vale destacar nos quadros a seguir a substancial folga no nível de endividamento do Distrito Federal, visto que o comprometido da relação DC/RCL alcança 33% do limite máximo definido pelo Senado Federal, enquanto a relação DCL/RCL atinge 17%:

BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS

Em R\$ 1,00

2007		2008		2009	
Receita Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
10.107.414.256	8.631.862.638	11.222.372.353	10.368.272.432	13.441.447.603	11.459.024.855
Despesa Fixada	Realizada	Fixada	Realizada	Fixada	Realizada
10.248.051.564	8.145.430.535	11.765.057.476	10.088.787.667	14.502.479.366	11.704.310.845
Saldo	486.432.104		279.484.765		- 245.285.990
Superávit Financeiro					786.656.471
Resultado Real					541.370.480

Fonte: Balanço Orçamentário dos Exercícios. Sítio Tesouro

RESULTADO PRIMÁRIO

	2007	2008	2009
Receita Primária	8.492.827.476	10.021.267.327	10.921.787.064
Despesa Primária	7.861.223.817	9.748.205.288	11.336.799.338
Resultado Primário	631.603.659	273.062.038	- 415.012.273

Superávit Financeiro		422.645.238	766.303.977
Resultado Real		695.707.276	351.291.703

Fonte: Balanço Orçamentário dos Exercícios

DÍVIDA PÚBLICA

	2007	2008	2009
Dívida Consolidada	2.793.333.615	3.230.132.728	3.371.574.770
Dívida Consolidada Líquida	1.551.449.446	1.543.195.564	1.777.577.680
RCL	8.165.043.022	9.626.476.275	10.254.998.540
Relação DC/RCL	34,21%	33,55%	32,88%
Relação DCL/RCL	19,00%	16,03%	17,33%
Relação Dívida/RCL Definida pelo Senado Federal (máximo)	200,00%	200,00%	200,00%

Fonte: Balanço Orçamentário dos Exercícios

PASSIVOS CONTINGENTES

Outro item da dívida diz respeito aos passivos contingentes, que basicamente referem-se às obrigações causadas por eventos que podem vir a acontecer. A probabilidade de ocorrência e a sua magnitude dependem de condições exógenas, difíceis de serem previstas.

Existem inúmeras situações que podem ser caracterizadas como riscos contingentes, quais sejam: possibilidade de perda em ações contra o Estado, obrigação de honrar garantia concedida; indenização por cancelamento de contrato; pagamento de passivos trabalhistas; realização de despesas por conta de decisões judiciais; mudanças na legislação que possam representar aumentos imprevisíveis na despesa, etc.

Segundo informações da Procuradoria Geral do Distrito Federal, os processos relativos a Precatórios Judiciais, registrados no SIGGO, totalizam R\$ 3.656.017.291,18, atualizados até 31 de março de 2010, dos quais R\$ 1.015.204.834,19, deverão ser baixados, visto ter tido sua quitação em dezembro de 2009. Portanto, a dívida real sentença judiciais é de R\$ 2.640.812.256,99.

Ocorre, todavia, que encontram-se em tramitação no judiciário precatórios estimados em R\$ 1.292.246.893,09, para os próximos três exercícios.

Conforme estabelece o art. 100 da Constituição Federal, os pagamentos em virtude de sentenças judiciais far-se-ão exclusivamente *na ordem cronológica de apresentação* dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

Assim, com a nova sistemática de liquidação de débitos judiciais, advinda da Emenda Constitucional nº 62, de 2009, as previsões de recursos a serem alocados para esse fim específico foram fixadas em, no mínimo, 1,5% (um e meio por cento) da Receita Corrente Líquida. O desembolso, então, ocorrerá seguindo a ordem cronológica, ressaltando-se, desta, as Requisições de Pequeno Valor – RPV, os beneficiários maior de 60 anos, dentre outras.

De toda sorte, conclui-se esta avaliação sobre os riscos fiscais, afirmando que o Distrito Federal não corre riscos iminentes, por dispor de uma saúde financeira confortável, de controle fiscal rígido, da prerrogativa legal para desembolsos seguindo a ordem cronológica na liquidação dos débitos, na forma do art. 100 da Constituição Federal, além da vontade política deste Governo na condução das negociações para a quitação, dentro das possibilidades orçamentárias.

MEDIDAS A SEREM ADOTADAS CASO SE CONCRETIZEM OS RISCOS

Embora a situação financeira do Distrito Federal apresente-se confortável no cumprimento dos limites e determinações constitucionais e legais, se ainda houver a necessidade de solução no curto prazo, nos casos de frustração de receitas tributárias ou de passivos não mencionados, este Governo poderá, de imediato, promover a reprogramação financeira dos recursos, contingenciando dotações orçamentárias, sobretudo, as relacionadas às despesas de investimentos, bem como se utilizar dos recursos da reserva de contingência, na forma disposta nesta Lei, além de promover as devidas alienações de seus ativos, observado o disposto no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.